

(Lê) "O P.D.C. espera o cumprimento do Art. 79 da Constituição Federal: Posse ao Presidente João Goulart. Este é o único meio de preservar a normalidade democrática, respeitando o voto popular."

2 — O P.D.C. reafirma seu apoio à política externa de Jânio Quadros e proclama a necessidade iradiável de se realizarem as reformas básicas de seu programa partidário que estão na consciência da Nação.

3 — O P.D.C. aguarda que, oportunamente, Jânio Quadros corrette as denúncias de sua carta, para que o povo conheça os inimigos das causas populares e possa tornar mais eficiente sua luta contra as forças da reação".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Marco Antônio, pela representação do Partido Social Progressista.

O SR. MARCO ANTÔNIO (Sem revisão do orador) — Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssimos Srs. deputados que honram esta Casa, o Partido Social Progressista entende que neste instante estamos escrevendo uma página muito séria e muito grave para a história de nossa terra. Portanto, cômico de seus atos, de sua responsabilidade, vem a esta tribuna para dizer o seu pensamento, para sustentar a sua tese.

Com a renúncia do Sr. Presidente da República, quando se esperava o país amadurecido e sem problemas, dado que o texto constitucional previa a hipótese, eis que surge uma crise de graves consequências.

O Artigo 79 da Constituição Federal diz que "substitui o Presidente da República em caso de impedimento e sucede-lhe em caso de vaga o Vice-Presidente da República". Com a renúncia do Sr. Jânio Quadros, Presidente da República, não havia o que discutir nem possibilidade existia para qualquer crise política. Tudo deveria correr na conformidade do texto constitucional, dando-se posse ao Vice-Presidente da República. Fora do país — a Constituição também prevê a hipótese — deve ser o Governo entregue às mãos do Presidente da Câmara dos Deputados, até que o Vice-Presidente aqui chegue.

Quando tudo parecia normal, eis que, após os boatos, veio a confirmação de que as Forças Armadas entendiam que o Sr. João Goulart, Vice-Presidente da República e na forma constitucional o nosso atual Presidente da República, não poderia tomar posse.

E' de se perguntar desde logo:

Têm o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, enfim, as Forças Armadas o direito desse "impeachment"? Deu-lhe a Constituição Brasileira o direito de julgar a vontade soberana do povo?

Para que os homens que vestem farda não se esqueçam, que se leia o Artigo 176 da Constituição:

(Lê) "As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei".

E, logo em seguida, no Artigo 177, limita a sua competência, os seus poderes, a sua atividade: (Lê) "Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem". (Muito bem!). A lei, a lei constitucional, isto é, aquela que se afina com a Constituição. (Muito bem!). A ordem, a ordem que a Constituição ordena.

No entanto, violando o texto constitucional e arvorando-se em tutor da Nação, as Forças Armadas, traindo o povo brasileiro (Muito bem, palmas), querem impor uma vontade que não é a vontade constitucional.

De sorte que, se este atentado aos direitos da Pátria for afinal perpetrado, que fique na História que são os homens de farda, que são as Forças Armadas os traidores da Nação. (Muito bem! Palmas.)

De outro lado, chegam as notícias de que na Câmara Federal, reunida com os homens do Senado, inventam os políticos uma fórmula para mascarar a ilegalidade. Desejam eles, segundo informações agora obtidas, dar como vago o cargo de Vice-Presidente, ou extinguir o cargo de Vice-Presidente, para que então se supere a crise e se faça uma nova eleição, que será direta ou indireta, na conformidade, então, da vontade destes maquiavélicos que hoje se organizam para atentar contra os destinos da Nação. A eles também o nosso repúdio. Esquecem-se de que serão os responsáveis, amanhã, pelos golpes que inevitavelmente hão de se ferir contra a dignidade e o regime desta Pátria. Só há uma forma de o homem viver bem, viver tranquilo, defender sua gente e sua família: é o respeito à lei, e mais que às lei propriamente, a Lei Magna, a Constituição. (Muito bem!)

O Partido Social Progressista, que não é força armada, que não tem a possibilidade de conter o desvario das Forças Armadas, vem, pelo menos com a sua palavra, dizer desta tribuna, com a responsabilidade que tem e para que os Anais gravem, que repudia e que se envergonhará do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, se derem este golpe.

Quer dizer mais o Partido Social Progressista: que sempre admirou e respeitou as Forças Armadas, porque pensava, na forma do texto constitucional, que se baseavam nas Forças Armadas os direitos da Nação. Mas, desde o minuto em que as Forças Armadas traíram esta Pátria, violando o texto constitucional, nós nos envergonharemos dos homens de farda que vão trair o Brasil, que vão permitir, amanhã, uma nova ditadura e vão ser os responsáveis pelo derramamento de sangue.

Como brasileiro, como pai de família, como deputado, como membro do Partido Social Progressista e em seu nome, venho dizer a esta Assembléia que o nosso partido, como uma só voz...

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência pede licença para informar a V. Exa. que lhe restam dois minutos.

O SR. MARCO ANTÔNIO — ... vem dizer que não aceitará nenhum atentado à Constituição e que repudia toda e qualquer manobra, seja das Forças Armadas, seja dos políticos que hoje se reúnem em Brasília! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — Antes de dar a palavra ao próximo orador, deseja a Presidência dar conhecimento dos termos da moção que estamos discutindo, pois ela veio à mesa apenas assinada pelos líderes de bancada, e é interesse da Presidência que ela seja discutida com pleno conhecimento dos Srs. deputados.

Está a moção posta nos seguintes termos:

(Lê) "A Assembléia Legislativa de São Paulo, na reiterada demonstração de sua fidelidade à legalidade constitucional, afirmada desde os primeiros instantes da crise que abala a Nação, vem reafirmar a sua certeza de que o Artigo 79 da Constituição Federal será respeitada, com a posse do Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart". (Muito bem! Palmas.)

Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves, em nome do P. S. D.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, estando em Brasília em missão desta Casa o nobre líder da bancada do meu partido, nobre deputado Luciano Nogueira Filho, coube a mim a honrosa missão de ocupar a tribuna desta Casa, no palácio "Nove de Julho" — cujo nome, por si só, vale por uma afirmação democrática — para dar o ponto de vista da nossa bancada, que é de nosso Partido, e se possível poderíamos dizer até em nome do partido nacional, que é o P.S.D., já que cabe a nós, Sr. Presidente, a honra e a glória de termos em nossas fileiras autênticos campeões da democracia, da legalidade. (Muito bem!) E só esses dois homens — para mencionarmos apenas dois que mais perto estão dos acontecimentos — trazem hoje as suas palavras, as suas ações, o seu passado reafirmados neste presente trágico da nacionalidade. Sei que todos os Srs. deputados já estão a pronunciar o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, em tempos idos, enfrentou página não muito alta da história da democracia, quando pretenderam impedir a posse de S. Exa., legitimamente eleito pelo povo brasileiro, e esse presidente, que teve a sua posse tumultuada, teve a ativa, espontânea e natural atitude de passar a faixa presidencial com todos os requisitos democráticos que são inerentes à sua personalidade.

O manifesto dado ao conhecimento do povo de nossa Pátria assinado por Juscelino Kubitschek de Oliveira seria dispensável face à vida toda desse campeão da democracia. Mas o presidente Juscelino Kubitschek fez questão, neste momento de crise, de trazer a sua palavra escrita, para reafirmar a sua posição. E paralelamente a essa atitude não menos alta temos a figura desse extraordinário brasileiro que é o marechal Henrique Duffles Teixeira Lott (Muito bem!) que veste a sua farda para ser preso na Fortaleza de Lajes porque cometeu o crime de exigir o cumprimento da Constituição Brasileira, porque cometeu o crime de achar, como acha o homem da rua, a dona de casa, o médico, o engenheiro, o funcionário público ou o homem de empresa, que a lei maior desta Nação não foi escrita, não foi promulgada, não foi dada ao conhecimento do mundo para ser rasgada, ainda que pela oponente da espada de alguns militares que não honram as tradições das Forças Armadas brasileiras! (Muito bem!)

Aí está a proclamação do marechal Lott, que é a reafirmação toda de toda a vida democrática de S. Exa. E está ele na Fortaleza de Lajes, Sr. Presidente e Srs. deputados, porque entende, como entendemos nós e como entende o povo brasileiro, que o Vice-Presidente eleito, no atendimento desta própria Constituição, deve ser — e tenho fé em Deus, Sr. Presidente — que será empossado na Presidência da República. Fora disto, é rasgar a Constituição Brasileira. E se é para rasgá-la, que tenham pelo menos o coragem de fazê-lo por inteiro.

Disseram, aqui nesta tribuna, Sr. Presidente, englobando todas as Forças Armadas, opiniões que respeito, mas com as quais não concordo. Esses

que aí estão a engendrar formas mágicas para conspurcar a Constituição e impedir a posse do legitimamente eleito, que João Goulart, esses não representam a maioria das Forças Armadas! (Muito bem!)

Ao contrário, representam uma minoria de golpistas, golpistas ontem, hoje e amanhã. Têm uma tradição: de golpistas. Porque vamos envolver as Forças Armadas todas, nesta apreciação que é sobretudo injusta e não verdadeira? Se todas as Forças Armadas estivessem com esse ponto de vista inconstitucional, ilegal e imoral, nós não estaríamos mais nesta tribuna. Este Palácio não estaria mais aberto e os nossos mandatos teriam tido o destino trágico de servir como estôfo, como aconchego para dar calor a essa fria determinação de um grupo golpistas. Se eles ainda não agiram, é porque não existe essa totalidade, não existe mesmo maioria. E eles são os golpistas de sempre, Sr. Presidente. Serão amanhã golpistas. Conspiraram para que fatos sobretudo tristes para a nossa Pátria, sobretudo humilhantes para o nosso Brasil, que já tinha atingido a maioria política, que já representava, na velha, culta e tradicional Europa um marco democrático, contra as quarteladas, contra as sargentadas. Já éramos respeitados, já éramos considerados um povo livre. E nós, que não votamos no Presidente que acaba de renunciar, nos curvamos. Nós, que havíamos percorrido o território nacional dizendo ao povo aquilo que sabemos a respeito daquele candidato, esclarecendo o povo... O povo votou, e se votou, o seu voto, a sua vontade devia, como foi, ser respeitado. E eu participo deste respeito à vontade do povo, em que pertencia aquela parcela derrotada, pois se tratava da vontade soberana de uma maioria e esta era um retrato da Pátria brasileira: o que ganhou deveria ser empossado. (Muito bem!) Assim agimos e aqui ficamos, preocupados, porque sabemos que dias amargos, dias negros, dias tristes viriam para o Brasil.

Infelizmente, estávamos certos. Tão certos que nos encontramos hoje aqui, neste momento, graças a uma maioria das Forças Armadas, ainda representando o povo ativo e heróico da Terra de Piratininga. Não fora essa maioria, este Palácio "9 de Julho" estaria ouvindo apenas, no silêncio dos seus salões e corredores, quem sabe, as lágrimas daquelas mães, daquelas irmãs, daquelas filhas que ainda hoje devem chorar os heróis que tombaram em 32, heróis que devem ser lembrados a essa minoria das Forças Armadas que pretende, por ambições pessoais ilegítimas, de grupinhos e de grupelhos, impedir a posse de um homem que foi eleito pela vontade soberana do povo (muito bem), que é livre e que, se Deus permitir, e há-de permitir, Sr. Presidente, continuará livre para engrandecer cada vez mais a história da Pátria brasileira. (Palmas.)

Sr. Presidente, passo agora às suas mãos o seguinte

REQUERIMENTO N. DE 1961

Requeremos se consigne na Ata dos trabalhos desta Casa um voto de louvor ao Senhor Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, pela coragem por sua excelência manifestada na defesa da legalidade.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 1961.

aa) Conceição da Costa Neves, Nicola Avalone Júnior, Onofre Gouven, Leonidas Camarinha, José Maria Leal da Costa Neves, Semi Jorge Resegue, Farabulini Júnior, Osvaldo Santos Ferreira, Ciro Albuquerque, Lopes Ferraz, Diogo Bastos, Luiz Roberto Vidigal, Jacob Salvador Zveibil, Miguel Jorge Nicolau, Eduardo Barnabé, Angelo Zanini, Gustavo Martini, José Rocha Mendes Filho, Norberto Mayer Filho, Murillo Souza Reis, Juvenal Rodrigues de Moraes, Geraldo Antônio Martins, Scalamaré Sobrinho, Francisco Franco, Augusto do Amaral, Antônio Moreira, Costabile Romano, Jacob Pedro Carolo, Pedro Paschoal, Roberto Brambilla, Orlando Zancaner, Alfredo Farhat, Cid Franco, Luciano Lepera, Lincoln Feliciano, Fernando Mauro, Dante Perry, Maurício Leite de Moraes, Carlos Kherlakian, Benedito Matarazzo, Henrique Peres, Bento Dias Gonzaga, André Nunes Júnior, Castelo Branco, Leôncio Ferraz Júnior, Ioshifumi Utiyama, Leonardo Ceravolo, Archimedes Lanuógia, Jairo Azevedo, Realindo Corrêa.

Justificativa

Está o Brasil lembrado do espírito cívico e que intransigentemente demonstrou possuir o Marechal Lott, sempre que a Pátria e o regime reclamaram a sua ação destemida e leal: realmente, ninguém esquece que, a 11 de novembro de 1955, quando podia tornar-se o ditador da Nação, S. Exa. garantiu a posse dos dirigenetes cemeraticamente eleitos pelo povo e que, a partir de então, em diversos momentos, outras não foram as suas atitudes, inclusive na sua campanha eleitoral, durante a qual deu as mais claras, as mais insofismáveis provas de desapego do poder e de absoluto respeito pela ordem constitucional.

Nas últimas horas a nação seguiu emocionada seu ferreo exemplo de respeito ao regime, quando, honrando mais uma vez a Pátria que sempre dignificou, vestiu-a para defender uma vez mais o governo de direito que tão profundamente caracteriza e até distingue o Brasil no continente.

S. Exa. se faz credor do nosso reconhecimento e admiração, ao enfrentar a prisão para levantar-se na defesa do patrimônio maior da Pátria — o clima único em que podemos dignamente respirar: a legalidade.

Tal exemplo, tal gesto, tal atitude, especialmente nas proximidades da data em que se comemorou o Dia do Soldado, mais vivo faz sentir na vida da nação o vulto de Caxias, cuja integridade vive e palpita no pensamento do povo brasileiro e dá a medida do valor das nossas Forças Armadas na salvaguarda da legitimidade.

Deve a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo esta homenagem ao inclito brasileiro".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A ORADORA

"Esta é a mais grave prova de toda a nossa História Republicana"

JK, em manifesto à nação: "Respeito à Lei"

"Admitir a possibilidade de o vice-presidente constitucional, sr. João Goulart não ser empossado, será relegar todo o meu passado, destruir os resultados de um paciente e construtivo esforço empreendido às duras penas, durante cinco anos de governo, a favor da paz, da concórdia, da obediência a lei e do império da Constituição em prol da civilização brasileira. Todos os processos que nos conduziram para fora da lei serão extremamente perigosos.

Com a autoridade de quem soube, serenamente, enfrentar dificuldades sem conta, e até mesmo horas tormentosas, sinto-me no dever de dirigir um apelo a todos os partidos políticos e às dignas Forças Armadas, e aos brasileiros em geral, para que volte a reinar a paz neste país, tão necessitado de reerguer-se economicamente, de enfrentar problemas, os mais terríveis, de fazer face a uma angustiosa conjuntura.

Dirijo-me a todos os que estão em condições de atuar, no sentido de ser respeitada a lei e preservada a harmonia entre brasileiros, pedindo-lhes que conservem o animo sereno e trabalhem para que logremos sair incólumes dessa prova porque passamos, talvez a mais grave de toda a nossa história republicana.

Já não somos um pequeno país de irrelevante significação, mas uma nação de importância mundial, observada, seguida, nos seus movimentos, e nos seus gestos em toda a parte.

Não haverá maior prova de imaturidade política, de incapacidade de nos constituirmos em nação responsável do que oferecermos ao mundo o espetáculo de uma desagregação da democracia, de um conflito de sentido extremamente prejudicial à nossa reputação e ao nosso conceito no exterior.

Peço a Deus que zele pela tranquilidade da família brasileira, a fim de que possamos sair mais respeitados e mais fortes desta dura contingência".

Proclamação do Mal. Henrique Teixeira Lott

"Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do senhor Ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual Presidente da República, sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo no momento em que pisar o território nacional.

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e às suas instituições democráticas e constitucionais. E por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação.

Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do País, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda, de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria".

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Bento Dias Gonzaga, que falará pelo Partido Trabalhista Nacional.

O SR. BENTO DIAS GONZAGA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, srs. deputados, os meus agradecimentos à minha bancada por escolher-me para falar em seu nome.